

OPINIÃO

Qual a sua opinião sobre a lei do desarmamento?

Ana Laura Felkl Cassimino, 35 anos, Professora dos cursos de Engenharia Civil e Mecânica

“Em princípio sou a favor da lei do desarmamento porque a arma na mão de uma pessoa que não tem condições psicológicas, que não sabe usar, é um perigo redobrado. A arma tem que estar na mão do policial, do militar, daquela pessoa que tem preparo para portá-la. A pessoa que tem uma arma na mão, mas não está preparada para isso, pode criar uma situação muito pior do que se estivesse desarmada”.



FOTOS: ANA PAULA NOGUEIRA

Getúlio Silva Lemos, 62 anos, Professor dos cursos de Pedagogia e Educação Física

“Sou contra a lei do desarmamento, pois o comércio de armas vai aumentar de uma forma clandestina. A proibição da venda de armas vai estimular o tráfico, o câmbio negro. Estamos tentando tapar o sol com a peneira. O que alegam é que existem muitos assassinatos em brigas de rua ou coisas do gênero e, por esse motivo, querem desarmar os cidadãos decentes, sérios e honestos. Ninguém pensa no lado do bandido, o bandido não vai deixar de ficar armado, ele vai invadir o teu jardim e derrubar a porta da tua casa na maior tranqüilidade. A população vai ficar ainda mais desprotegida”.



“Sou a favor do desarmamento desde que todo mundo seja desarmado. Desarmar a pessoa de bem e não desarmar o bandido não adianta nada. Acho totalmente inviável ter armas em casa, devido a casos de acidentes ou crimes passionais, mas não sei o que vão fazer para desarmar o bandido também”.

Raquel Santos da Silva, 23 anos, Acadêmica do curso de Educação Especial

“Sou a favor do desarmamento desde que todo mundo seja desarmado. Desarmar a pessoa de bem e não desarmar o bandido não adianta nada. Acho totalmente inviável ter armas em casa, devido a casos de acidentes ou crimes passionais, mas não sei o que vão fazer para desarmar o bandido também”.



Sônia Cristina Almeida da Luz, 42 anos, Professora do curso de Medicina.

“Sou contra a lei do desarmamento para o cidadão comum. Eu cobro que seja feito um desarmamento das pessoas que necessitam serem desarmadas primeiro. Nós encontramos armas de guerra e da polícia com os bandidos e o cidadão comum não pode ter nenhuma. Sou



contra o desarmamento até que se faça um programa que desarme as pessoas que usam a arma para roubar e matar. Primeiro tem que se fazer uma limpeza, melhorar a segurança pública. É preciso uma reformulação da segurança do cidadão para depois desarmá-lo”.

CONAD define projeto para Educação



Sindicalistas docentes protestaram em Brasília, no dia 17 de agosto

A semana de 15 a 21 de agosto foi bastante movimentada na capital federal. Além da reunião do setor das IFES, dia 19, do CONAD extraordinário, dias 20 e 21 de agosto, atos de protesto precederam os eventos citados. Na terça, 16, houve uma manifestação da UBES, UNE e CUT contra a corrupção, mas em favor do governo Lula. No dia 17, um protesto do qual participaram entidades como ANDES-SN (*destaque na foto*) e Conlutas, pelo fim da corrupção e de oposição ao governo federal. Passada a reunião do setor das federais, representantes docentes de 44 universidades estiveram reunidos em Brasília nos dias 20 e 21 de agosto para discutir uma proposta alternativa ao Projeto de Reforma do Ensino Superior elaborado pelo Ministério da Educação. Participaram do encontro representando a SEDUFSM os professores Diniz Fronza (diretor da SEDUFSM) e João Eduardo Pereira, conselheiro do sindicato. Dentre os principais pontos discutidos, destaca-se a questão do financiamento do ensino e do acesso e permanência. Os projetos e emendas serão apresentados no Congresso como alternativa à proposta pelo governo.

A Constituição Federal estabelece que 18% dos impostos da União e 25% dos Estados e Municípios devem ser investidos em educação. Isso acabou por gerar uma grande redução de recursos para a educação brasileira, pois apenas 28,55% das receitas correntes provêm de impostos e, paulatinamente, os ingressos

da União são referentes à Contribuições (Cofins 50%, CPMF, etc). Uma consequência importante foi o desmonte no sistema de educação, já que dos R\$ 450 bilhões que a União arrecada, a parcela para educação é baseada somente em R\$ 128 bilhões.

PROPOSTAS

Os docentes apresentaram algumas propostas para serem apresentadas como Projeto de Emenda Constitucional, Projeto de Lei Complementar e Projeto de Lei. Dentre os principais itens apresentados para serem enviados ao Congresso:

- A União aplicará 18% dos impostos e contribuições;
- A União aplicará 7% do PIB (correspondendo a R\$ 105 bi) em educação, aumentando progressivamente até 10% (em dados atuais R\$ 150 bi) em um prazo de 10 anos.
- Ampliar os recursos para financiamento da pesquisa científica de forma a triplicar, em 10 anos, os recursos atualmente destinados a esta finalidade.

ACESSO E PERMANÊNCIA

- Garantir o acesso ao ensino superior em um prazo máximo de 10 anos a pelo menos 40% da população na faixa etária de 18 a 24 anos, inclusive aos alunos com necessidades educacionais especiais;
- Construir alternativas ao processo de vestibular;
- Crescimento da oferta da educação superior pública;
- Escolha de dirigentes através de consulta, no mínimo paritária.

A União aplicará 7% do PIB em educação, e até 10% em dez anos